

Revista Filosófica de Coimbra

VOL. 4 • N.º 7 • MARÇO 95

MIGUEL BAPTISTA PEREIRA - *O Regresso do Mito no Diálogo entre E. Cassirer e M. Heidegger*

JOÃO MARIA ANDRÉ - *Da mística renascentista à racionalidade científica pós moderna. (A propósito da articulação entre ciência, filosofia e misticismo em Nicolau de Cusa)*

MÁRIO A. SANTIAGO DE CARVALHO - *Ler Tomás de Aquino, hoje*

ANTÓNIO PEDRO PITA - *Presença, representação e sentimento. Configuração da experiência estética segundo Mikel Dufrenne*

Colóquio: A filosofia no ensino secundário: O novo programa 12.º Ano

JOSÉ ENES - *Leitura Integral. Porquê? Como?*

ALFREDO REIS - *12.º Ano: Leitura Integral do texto filosófico. Porquê? Como? Comentário.*

RECENSÕES

FLØISTAD, G. (ed.), *Philosophical Problems Today*, I, Kluwer Academic Publishers Dordrecht/Boston/London, 1994.

Da Universidade de Oslo, editado por G. Fløistad, chega-nos o volume I de *Philosophical Problems Today*, inteiramente dedicado a problemas típicos da filosofia europeia e americana.

O editor previne-nos que este primeiro volume é seguido por um conjunto de mais três sobre a filosofia europeia. Existe ainda um volume quinto dedicado à filosofia africana, um sexto, à filosofia medieval e um sétimo aparecido em 1993 sobre a filosofia asiática. Em preparação está ainda o oitavo à filosofia da América do Sul.

Deste primeiro volume, constituído pelas importantes contribuições de W. V. Quine (Truth), de P. F. Strawson (Individuals), de J. Habermas (Action, speech acts, linguistically mediated interaction and the lifeworld) de E. Agazzi (On formalism), sublinhamos o valor do estudo de P. Ricoeur sobre o actual problema do conhecimento histórico.

No artigo, intitulado "Philosophies critiques de l'histoire: Recherche, explication, écriture", Ricoeur pretende mostrar-nos como hoje a filosofia da história, tendo perdido toda a dimensão especulativa que ainda a caracterizava no séc. XIX, se contenta com uma reflexão sobre vários modos de transmissão do significado histórico. O autor revê e discute os três tipos de posições hoje existentes: a investigação, a explicação e a escrita da história, mostrando-nos como estas posições se cruzam e não sobrevivem independentemente.

A primeira posição procura distinguir-se pela complexa procura das fontes, usando para isso o modelo da investigação; a segunda tem em vista a pretensão explicativa da história, isto é, procura o tipo de cientificidade que lhe é própria. A terceira concentra-se no fenómeno da escrita da história, aproximando o âmbito histórico do literário.

O grande objectivo de Ricoeur ao percorrer detalhadamente estes três modelos é mostrar, como no fundo, cada um pressupõe os outros, dada a ambiguidade epistemológica da própria noção de facto histórico.

Com efeito, o estatuto ontológico e epistemológico do que já foi e não é mais, é dos mais difíceis de perceber, nomeadamente quando se insiste no modelo da visão — totalmente inadequado — e se procura uma explicação, em sentido tradicional.

Já Dilthey sublinhara a diferença existente entre a compreensão histórica e a explicação da natureza, assinalando que em história o modelo subsuntivo falha completamente.

No entanto, Ricoeur sabe que a defesa da explicação em história foi um movimento importante que teve Hempel à cabeça. Este autor considera mesmo que o acontecimento histórico nada tem de particular, sendo assim explicado quando é coberto por uma lei. Isto faz com que legitimamente os seus antecedentes sejam nomeados causas.

Mas pergunta Ricoeur: será que a história satisfaz realmente o modelo nomológico? Não terá sido absolutamente necessário enfraquecer o paradigma explicativo para assegurar a sua plausibilidade?

Veja-se o caso de W. Dray, que defende que a história explica, sem no entanto fazer intervir a ideia de lei. É com G. H. von Wright que se aperfeiçoam as críticas ao modelo nomológico em história.

O modelo narrativo privilegiado por Ricoeur aparece, como pondo claramente em questão toda esta problemática clássica da compreensão e da explicação. Mas o autor lembra-nos também que este modelo quando surgiu era bastante incipiente. Daí as críticas. Privilegiava-se nele o lado do acontecimento, quando o que era necessário era o contrário: abordar o par acontecimento-narrativa pelo lado da narrativa.

A própria crítica da história-narrativa, feita pelos historiadores da Escola dos Anais, está implicitamente contida na história-acontecimento. No entanto, no mesmo período, lembra-nos o autor de *Temps et Récit*, uma nova disciplina passa para primeiro plano do âmbito da crítica literária: é ela a narratologia, inspirada pela linguística estrutural. A narrativa podia, então, aparecer como uma forma de discurso menos ingénua do que a anterior (ainda ligada à lenda, ao folclore e ao mito).

E Ricoeur previne-nos: toda esta mudança do interesse da historiografia, do âmbito cognitivo para o literário foi epistemologicamente preparada por uma escola de pensamento que se desenvolveu nas margens da filosofia de língua inglesa e que podemos apelidar de narrativista.

À medida em que o modelo nomológico ia enfraquecendo procedia-se a uma reavaliação das potencialidades da compreensão narrativa. A interpretação narrativa não só ultrapassa o modelo visual, como tende a recusar toda a pertinência à distinção explicar-compreender, na medida em que compreender uma narrativa é por esse mesmo acto explicar os acontecimentos que ela integra e os factos que reúne.

Mas também aqui são levantados problemas, nomeadamente este: até que ponto diferem a *história* e a *ficção*?

Foi justamente a aproximação entre a narrativa histórica e a narrativa de ficção que contribuíram para abater o muro habitualmente existente entre a investigação e a escrita. Assim se constituiu nos anos vinte uma terceira forma de filosofia crítica da história, para a qual a escrita deixou de aparecer como fenómeno suplementar, acrescentado ao conhecimento histórico, a ponto de se tornar ela mesma num factor constitutivo da representação do passado.

A aproximação entre história e escrita torna-se proporcional ao afastamento da história relativamente à ciência. É que agora o que se torna fundamentalmente problemático é a própria noção de realidade do passado.

Mas será que a entrada na narração anula mesmo o valor do personagem histórico, testemunhado pelos documentos?

Para Ricoeur uma teoria da escrita é incompleta sem o complemento de uma teoria da leitura. É do lado da leitura (apropriação) que se educa, numa tradição de leitura, a competência para julgar não só o alcance da narrativa, mas também o da sua eventual intersecção com outras narrativas.

A questão é esta: será de facto o passado inteligível, se não chega pelo seu efeito até nós (presente)? E não será o próprio desvio relativamente ao passado o próprio acto como o presente se constitui enquanto existente e pensante? É pois a praxis presente da história que deve ser interrogada.

Para Ricoeur o verdadeiro problema de toda a escrita — prática da história, reside na necessidade de reformular em termos mais subtis o realismo espontâneo do historiador. Entre a ideia de uma história não contada e o informe para que remetem os adversários

do realismo histórico, existe uma terceira solução que parte do seguinte e importante pressuposto: a história tem como objecto último homens como nós, que agem e sofrem em circunstâncias que não produziram e com resultados desejados e não desejados.

Este pressuposto liga, desde logo, a teoria da história e a teoria da acção. A história diz a intriga da acção, coordenando intenções, causas, acasos.

Dizer que a história trata do agir-sofrer dos homens de outrora é admitir que entre estes e nós existe um laço de analogia. Como nós, eles agiram e sofreram entre o nascimento e a morte.

Talvez nunca se tenha, de facto, frisado bem: a história é um dos raros conhecimentos em que o sujeito e o objecto pertencem não só ao mesmo campo prático, mas também ao mesmo esquema temporal. Esta é aliás uma condição fundamental para que um acontecimento seja considerado histórico e possa ser datado. A história é uma praxis na qual antes da representação vem o ser afectado. Assim se explica que o passado possa ser simultaneamente o ausente da história e o seu aguilhão.

M.^a Luísa Portocarrero F. Silva

LOPES NUNES, Etelvina Pires: *O Outro e o Rosto - Problemas da Alteridade em Emmanuel Levinas* (Braga, Publicações da Faculdade de Filosofia da UCP, 1993) 278 páginas, com um Prefácio de X. Tilliete.

O livro de E. LOPES NUNES é de agradável leitura, pois foi escrito num estilo pausado e com frases curtas, que os nossos leitores não deixarão de apreciar. Esta obra foi apresentada na Universidade Gregoriana como Tese e, como ficamos a saber pelo Prefácio de X. Tilliete, constitui a "primeira apresentação orgânica da heterologia, nesta região da península ibérica". A autora dividiu o seu escrito em duas partes (parte I - O Outro enquanto Rosto, parte II - O Rosto enquanto Outro). Uma Introdução, uma Conclusão e uma Bibliografia completam o presente escrito. Tem este livro o grande mérito de apresentar os mais difíceis problemas do pensamento de E. Levinas, num modo simples, sugestivo e didáctico. Mas, por essa mesma razão, esta obra levanta muitos e sérios problemas para todos os que se interessam por E. Levinas e que não sejam simples "curiosos".

- A -

A primeira dificuldade constitui-se, desde logo, ao nível das intenções metodológicas da autora, tal como elas se formulam na Introdução (p.15). Expressões como "... ao mesmo tempo que uma heurística, o início de uma hermenêutica", "... torná-lo explícito [(a ele E.L.), obs. minha] na medida do possível, servindo-nos de uma heurística analítica", "a nossa pesquisa consiste, pois, numa descoberta progressiva do próprio autor guiada pelo tema e pelos problemas intuídos", são mais proposições que contribuem para um indiferentismo metodológico, segundo o qual, em última análise, qualquer procedimento serviria, do que contributos sérios para uma orientação metodológica séria. Com efeito, o que significa uma heurística que se cruza com o "início" de uma hermenêutica? Significa que a autora não chegou a fazer uma interpretação do pensamento de E. Levinas, mas se ficou pelo limiar dessa interpretação, pelo "início"? E o que significa, fora do discurso da historiografia, o conceito de uma "heurística"? São questões a que a autora não dá qualquer resposta. Por outro lado, é ela própria quem, na mesma Introdução (p.14),